



ACÓRDÃO

PROC. Nº 7789

ACORDAM EM CONFERÊNCIA, NA 1ª SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM NOME DO POVO:

Na 2ª Secção da Sala Criminal do Tribunal Provincial do Lobito, o réu [REDACTED], solteiro, de 24 anos de idade, mecânico, natural do [REDACTED] e residente na cidade do [REDACTED], bairro da [REDACTED], melhor identificado a fls.2 dos autos, foi indiciado, em Processo Sumário, mediante promoção do Ministério Público, pela prática de um crime de condução ilegal, p.p. pelo artº 23º do Decreto Nº231/79, de 16 de Julho, em concurso real, com o crime de desobediência, p.p. pelo art.188º do Código Penal.

Efectuado o julgamento, com inteira observância das formalidades legais, pela sentença de fls.6 e segs dos autos, foi a acusação julgada procedente e provada sendo, no entanto, a contravenção da condução ilegal sido enquadrada nas disposições combinadas dos artigos 121º e 177 nº 2, do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 5/08, de 5 de Setembro. Em consequência, foi o réu condenado pela contravenção da condução ilegal no pagamento de kz.16.200.00, correspondentes a UCF 300 e pelo crime de desobediência, na pena de 1 (um) mês de prisão, convertida em multa à razão de kZ.30.00 por dia. Mais foi condenado no pagamento de kz.13.500.00 de taxa de justiça e KZ.5.000.00 de emolumentos ao defensor oficioso.

Desta decisão interpôs recurso, na própria acta, o Ministério Público por inconformismo.

Nas suas alegações de recurso, o Ministério Público entende que foi mal aplicada a norma do art.121º do Código da Estrada pelo facto do Tribunal recorrido ter sancionado o infractor apenas com a pena de multa quando, estabelecendo essa norma que havendo sanção mais grave deve ser esta a aplicável, deveria ter o réu sido sancionado nos termos do art.23º do Decreto Nº 231/79, de 16 de Julho que se



encontra em vigor por não ter sido expressamente revogado (vide fls.10 a 12 dos autos).

Nesta instância, o Digníssimo Magistrado do Ministério Público emitiu, a fls.17 e verso, o seguinte duto parecer:

«Vejo com bons olhos o posicionamento do Ministério Público recorrente pela sua preocupação manifestada na interpretação da norma, no seu dizer de "se sanção mais grave não estiver prevista".

No caso, me parece ter bem andado o Tribunal "a quo" pois o artigo 23º do Dec.231/79 afigura-se-me revogado por este Dec.Lei 5/08, de 29 de Setembro.»

Mostram-se colhidos os vistos legais.

Importa, pois, apreciar e decidir.

OS FACTOS

O Tribunal recorrido deu como provados os seguintes factos:

"No dia 13 de Junho de 2009, por volta das 16 horas e 30 minutos, o réu, ao volante de uma viatura de marca Mitsubishi, com a matrícula [REDACTED], transitava nesta cidade do Lobito, no Bº da [REDACTED], circulando em sentido contrário. Por essa razão, foi interpelado por agentes da Polícia de Trânsito que o mandaram parar. Receando que fosse detido por não possuir carta de condução, inverteu a marcha do veículo que conduzia, meteu-se em fuga. Foi perseguido pela Polícia e autuado dois quilómetros depois."

Estes os factos que não nos merecem qualquer reparo.

O DIREITO

Andou bem o Tribunal recorrido quanto ao crime de desobediência.

Porém, quanto ao crime da condução ilegal, já não acompanhamos o Tribunal recorrido.

Vejam os.

Ressalta facilmente à vista de que o presente recurso foi interposto propositadamente pelo Ministério Público para se conhecer a posição desta Instância quanto a uma questão que tem dividido não só os magistrados e os juristas, mas todos aqueles que, pelas suas



funções, são chamados a lidar com a disciplina do trânsito automóvel, desde que entrou em vigor o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 5/08, de 5 de Setembro.

A questão não é de fácil resolução. Aliás, exemplo disso, é o parecer dado pelo Digníssimo Magistrado do Ministério Público nesta Instância em que, por um lado, comunga das preocupações e soluções preconizadas pelo recorrente e, por outro, acaba por aceitar a decisão do Tribunal recorrido.

É importante que se diga que o problema surge por duas razões fundamentais: primeiro, pelo facto de o legislador do actual Código de Estrada ter pretendido expurgar dele tudo quanto constituísse matéria criminal, para privilegiar tão-somente a regulação do trânsito automóvel e as contravenções conexas e, em segundo lugar, pelo facto de não se ter expressamente revogado o Decreto Nº 231/79, de 16 de Julho, quando, pelo espírito da lei, se infere ter sido essa a intenção do legislador.

Aliás, consta do preâmbulo do Decreto-Lei Nº 5/08 que o legislador pretendeu, com o actual Código de Estrada, proceder a uma revisão profunda da legislação existente, adequando-a e harmonizando-a com os padrões internacionais, de modo a reduzir a sinistralidade e conferir maior protecção aos utentes das vias públicas.

Daí a necessidade de se "introduzir as inovações e actualizações pertinentes, bem como, integrar num mesmo quadro a legislação avulsa".

Um dos diplomas que há muito se reclama pela sua alteração é, precisamente, o Decreto Nº 231/79, que contém, no dizer de muitos juristas, "normas draconianas" que já não se ajustam quer aos valores informadores da actual ordem jurídica quer mesmo a actual política de segurança rodoviária.

Porém, o actual Código da Estrada não revogou expressamente o Decreto Nº 231/79. Pelo contrário, manteve-o em vigor. É o que se infere do art.132º que diz: *"Os crimes e as contravenções cometidos no exercício da condução automóvel são punidos nos termos da Legislação Penal e do presente Código com as modificações constantes neste capítulo."*



As razões desta opção radicam no facto de se ter entendido que o actual Código da Estrada deveria, no âmbito das infracções às regras do trânsito automóvel, contemplar apenas as contravenções, deixando a matéria criminal para a Legislação Penal, cujo processo de revisão, nomeadamente de elaboração do novo Código Penal, já estava em curso e se pensava que até poderia ser aprovado no mesmo período em que o fosse o Código da Estrada. .

Estando, pois, em vigor o Decreto Nº 231/79, bem como o actual Código de Estrada, podem surgir situações de concorrência de normas, ou seja, de o mesmo facto constituir simultaneamente **crime** e **contravenção**. Nestes casos, de acordo com o nº 1 do art.135º do Código da Estrada, o agente deve ser **punido a título de crime**, sem prejuízo da aplicação das sanções acessórias previstas para a contravenção (no mesmo sentido, vide art.131º do Anteprojecto do Código Penal Angolano, versão de 5 de Junho de 2007).

Não há pois que atender, nestes casos, ao princípio da aplicação da lei mais favorável, já que existe uma norma que expressamente aponta a solução para os casos de concorrência entre crime e contravenção no âmbito da condução automóvel.

Deste modo, a infracção pela condução de veículos sem se estar legalmente habilitado, é sancionada pelos artigos 23º e 24º, ambos Decreto Nº 231/79, de 16 de Julho, com **pena de prisão efectiva de um a seis meses e multa**. Porém, a multa não será *de cinco mil Kwanzas*, como consta do art.23º do Decreto Nº 231/79, mas de 84 a 420 UCF, de acordo com o art.177º nº2 do Código da Estrada.

A ideia de que a condução ilegal foi descriminalizada pelo actual Código da Estrada não tem, pois, a nosso ver, qualquer fundamento legal que a sustente.

Aliás, em nosso entender, a descriminalização estaria em contradição com o espírito do legislador, plasmado no preâmbulo da lei, quando se refere à "necessidade da redução da sinistralidade" e à "necessidade de salvaguarda da segurança de pessoas e bens".

Na verdade, conduzir um veículo automóvel sem que para tal se esteja legalmente habilitado, é uma antecâmara para o aumento dos acidentes rodoviários e constitui, indubitavelmente, um **perigo** para a segurança física dos utentes da via pública e dos seus bens.



Por isso se justifica a criminalização desta infracção.

Pelo exposto, **os desta Câmara acordam em revogar parcialmente a decisão recorrida e condenar o réu da seguinte forma:**

- 1. Pelo crime de condução ilegal, na pena de 1 (um) mês de prisão e multa de 300 UCF, acrescida de 10% para o Governo Provincial de Benguela, nos termos do art.136º do Código da Estrada, o que equivale a KZ 23.028.00;**
- 2. Pelo crime de desobediência, na pena de 1 (um) mês de prisão;**
- 3. Em cúmulo Jurídico, vai o réu condenado na pena única de 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de prisão efectiva e KZ 23.028.00 de multa;**
- 4. No mais se confirma.**

Luanda, 3 de Dezembro de 2009

Simão Vítor

Paços Lopes

Ilegível